

ESTATUTO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE

Leia o texto e resolva as questões

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Uma criança é um ser humano em estágio inicial de desenvolvimento. Geralmente, o termo "criança" se refere a um indivíduo desde o nascimento até a puberdade, embora a definição exata possa variar em diferentes contextos culturais e legais. Durante a infância, as crianças passam por um período de rápido crescimento físico, cognitivo, emocional e social.

Elas estão em constante aprendizado e desenvolvimento, adquirindo habilidades motoras, linguagem, pensamento abstrato e a capacidade de interagir com o mundo ao seu redor. As crianças têm necessidades e características específicas, como curiosidade, imaginação, jogo e a capacidade de aprender com facilidade. É durante a infância que as bases para a personalidade, os valores e as habilidades são formados, com a influência do ambiente familiar, da educação e da interação com outras crianças e adultos. Em muitas sociedades, há leis e proteções especiais para garantir o bem-estar, a segurança e os direitos das crianças, reconhecendo que elas são vulneráveis e precisam de cuidados adequados e oportunidades para se desenvolver plenamente.

Adolescente é o termo usado para descrever uma fase intermediária do desenvolvimento humano entre a infância e a idade adulta. Geralmente, é considerado como o período que abrange a puberdade até o fim da adolescência, embora os limites exatos possam variar em diferentes contextos culturais e sociais. A adolescência é caracterizada por várias transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Durante essa fase, ocorrem mudanças hormonais que desencadeiam o desenvolvimento sexual secundário, como o crescimento dos seios, o desenvolvimento dos órgãos sexuais, o surgimento de pelos corporais e a menstruação nas meninas, e o crescimento dos órgãos sexuais, o surgimento de pelos faciais e corporais, e a mudança da voz nos meninos. Os adolescentes também estão em um período de aprendizado e crescimento intelectual,

adquirindo habilidades cognitivas mais avançadas, como o pensamento abstrato, a tomada de decisões mais complexas e a reflexão crítica. É importante destacar que a adolescência pode ser uma fase desafiadora, tanto para os próprios adolescentes quanto para suas famílias e comunidades. É um momento de transição em que ocorrem ajustes emocionais, comportamentais e sociais significativos. No entanto, também é uma fase de oportunidades de crescimento, descobertas e preparação para a vida adulta.

Fonte: <https://chat.openai.com/oqueécriança/criançaeadolecente>

1º) A luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o critério adotado para distinguir o termo "criança" de "adolescente", previsão expressão no Art. 2º foi:

- a) idade.
- b) sexo.
- c) condição social.
- d) local de nascimento.

2º) São diversos os direitos os quais o Estado, na condição de legislador, deve garantir a Criança e ao Adolescente, coincidindo com essa afirmação, no Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a alternativa que comporta o dever que é da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes:

- a) direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, emprego, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- b) direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, desemprego, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e não comunitária.
- c) direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, emprego, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito ao patrimônio, à liberdade assistida e à convivência familiar e comunitária.



d) direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

3º) A prioridade refere-se à importância ou preferência dada a algo ou alguém em relação a outras coisas ou pessoas. É a classificação ou ordem de importância atribuída a diferentes elementos ou questões, com base em critérios específicos. Nessa perspectiva, o Estado ao garantir absoluta prioridade no que tange a política de atendimento a Criança e ao Adolescente classificou que a garantia de prioridade compreende:

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública ou privado, preferência na formulação e na execução das políticas culturais públicas e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

b) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, precedência de atendimento nos serviços públicos e privados ou de relevância pública, preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

c) precedência de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, primazia de atendimento nos serviços públicos e privados ou de relevância pública, preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e destinação privilegiada de recursos privados nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

d) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

4º) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei brasileira que estabelece os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, bem como as responsabilidades da família, do Estado e da sociedade em sua proteção e desenvolvimento. Foi instituído pela Lei nº 8.069, em 13 de julho de 1990, e é considerado uma das legislações mais avançadas do mundo no campo dos direitos da criança e do adolescente, com base no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, deverá levar em consideração, em caso de sua interpretação:

a) as exigências do bem comum, os direitos e deveres coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

b) as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

c) as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança como pessoas em desenvolvimento.

d) as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

5º) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante o direito à saúde das crianças e dos adolescentes. Isso significa que eles têm o direito de receber atendimento médico adequado, acesso a serviços de saúde, prevenção de doenças, tratamento e reabilitação, visando garantir seu pleno desenvolvimento físico e mental.

Texto base: É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

a) o texto está conforme o ECA.



b) o texto está falando o termo “recém-nascido” para estar conforme o ECA.

c) o texto base está faltando o termo “pai e mãe” para estar conforme o ECA.

d) o texto está totalmente errado e sem previsão no ECA.

6º) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada, de acordo com a seguinte ordem de progressão:

I – Etapa 1:

- a) fenilcetonúria e outras hiperfenilalaninemias;
- b) hipotireoidismo congênito;
- c) doença falciforme e outras hemoglobinopatias;
- d) fibrose cística;
- e) hiperplasia adrenal congênita;
- f) deficiência de biotinidase;
- g) toxoplasmose congênita;

II – Etapa 2:

- a) galactosemias;
- b) aminoacidopatias;
- c) distúrbios do ciclo da ureia;
- d) distúrbios da betaoxidação dos ácidos graxos;

III – Etapa 3: doenças lisossômicas;

IV – Etapa 4: imunodeficiências primárias;

V – Etapa 5: atrofia muscular espinhal.

Analisando as etapas, marque a alternativa corretamente

- a) a etapa 1 está incorreta por constar o nome “fibrose cística.”
- b) a etapa 2 está incorreta por constar o nome “aminoacidopatias.”
- c) somente a etapa 1 e 2 está correta.
- d) todas as etapas estão expostas segundo o ECA.

7º) Podemos afirmar que o direito à liberdade é um princípio fundamental dos direitos humanos, reconhecido internacionalmente. Refere-se ao direito de cada indivíduo de ter autonomia, independência e capacidade de tomar decisões e agir de acordo com a própria vontade, desde que não viole os direitos de outras pessoas ou leis estabelecidas. É importante ressaltar que, embora a liberdade individual seja um direito fundamental, ela não é absoluta. Em sociedade, os direitos e liberdades individuais podem ser limitados quando entram em conflito com os direitos de outros indivíduos ou com a necessidade de proteger a segurança, a ordem pública, a moralidade ou outros interesses legítimos. Nesses casos, as restrições devem ser estabelecidas por lei, serem proporcionais e necessárias em uma sociedade democrática, nessa concepção de direito à liberdade, marque a alternativa em desacordo com o ECA.

a) o direito à liberdade compreende: opinião e expressão.

b) o direito à liberdade compreende: participar da vida política, na forma de decreto.

c) o direito à liberdade compreende: crença e culto religioso.

d) o direito à liberdade compreende: ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.

8º) O castigo físico refere-se ao uso de violência física como forma de punição ou disciplina, geralmente aplicado a crianças ou adolescentes. Isso pode incluir bater, espancar, sacudir, puxar o cabelo, beliscar, entre outros atos que causem dor ou lesão física.

Levando em considerado ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a alternativa que contenha SOMENTE castigo físico.

a) ridicularize e humilhe.

b) humilhe e ameace gravemente.

c) ridicularize e lesão.

d) sofrimento físico e lesão.



9º) Analise os itens e marque a alternativa que se encontra em desacordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação.

Tais medidas são, no caso concreto, aplicadas pelo:

a) Ministério Público.

b) Policial Militar.

c) Conselho Tutelar.

d) Conselho de Direito.

10º) Analise a alternativa e marque a luz do Estatuto da Criança e do Adolescente.

a) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 (doze meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

b) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), mesmo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

c) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

d) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo

comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

11º) Conforme disposto no ECA, a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada .

a) à Justiça da Infância e da Juventude.

b) à delegacia de polícia.

c) ao Conselho Tutelar e Depois à Justiça da Infância e da Juventude.

d) à Secretaria de Saúde, em seguida ao Conselho Tutelar e por último à Justiça da Infância e da Juventude.

12º) Julgue a segundo os preceitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

a) entende-se por família natural da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

b) entende-se por família extensa a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

c) entende-se por família ampliada a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

d) entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

13º) A família substituta, também conhecida como família acolhedora, é uma modalidade de cuidado e proteção destinada a crianças e adolescentes que foram afastados de suas famílias de origem por determinação judicial. Essa medida é tomada quando é identificado que a família biológica não pode garantir



a segurança, o desenvolvimento saudável e os direitos fundamentais da criança ou do adolescente .

Seguindo os preceitos do Estatuto da Criança do Adolescente, a colocação de família substituta far-se-á mediante:

- a) somente pela guarda.
- b) somente pela guarda e tutela.
- c) somente pela tutela.
- d) pela guarda, tutela ou adoção.

14º) A família substituta, é uma modalidade de cuidado e proteção destinada a crianças e adolescentes que foram afastados de suas famílias de origem por determinação judicial. Essa medida é tomada quando é identificado que a família biológica não pode garantir a segurança, o desenvolvimento saudável e os direitos fundamentais da criança ou do adolescente. A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da

_____,
preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

Complete segundo o estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) Justiça Desportiva.
- b) Justiça Civil Comum.
- c) Justiça da Infância e da Juventude.
- d) Justiça Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

15º) A adoção envolve um processo legal e regulamentado, no qual os candidatos à adoção passam por uma avaliação criteriosa para verificar se possuem as condições necessárias para oferecer um ambiente adequado, seguro e amoroso para a criança.

Esse processo varia de acordo com as leis de cada país, mas geralmente inclui a análise dos antecedentes criminais, entrevistas, visitas domiciliares, estudos psicossociais e orientações sobre adoção. Ao ser adotada, a criança ou adolescente adquire os mesmos direitos e responsabilidades de um filho biológico, e a família adotiva assume o papel de pais legais, com obrigações e deveres em relação ao bem-estar e desenvolvimento da criança.

A luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, a adoção tem, dentre outras, a característica de ser medida:

- a) excepcional e irrevogável.
- b) excepcional e revogável.
- c) preferencial e irrevogável.
- d) preferencial e revogável.

16º) A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes, EXCETO.

- a) direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- b) direito de organização e participação em entidades estudantis.
- c) acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas em estabelecimentos distintos a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
- d) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

17º) O dever de oferecer educação está relacionado ao direito fundamental de todas as crianças e adolescentes a receberem uma educação de qualidade. Esse dever é compartilhado pelos pais, pelo Estado e pela sociedade em geral, visando garantir o pleno desenvolvimento e o exercício da



cidadania das crianças e dos adolescentes, conforme previsão expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a opção que não costuma ser o dever do Estado.

- a) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- b) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao superior.
- c) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- d) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

18º) Nos casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares e elevados níveis de repetência em unidades de ensino fundamental, deverá o dirigente comunicar:

- a) Conselho de Direito da Criança e do Adolescente.
- b) Conselho Tutelar.
- c) Conselho de Educação.
- d) Ministério Público.

Leia o texto e resolva as questões 19 a 20

João, o aprendiz.

João, um adolescente de 16 anos, enfrentou desafios financeiros em sua família desde cedo. Seus pais não possuíam condições financeiras estáveis para sustentar a casa, e ele se viu em busca de oportunidades para contribuir com a renda familiar e adquirir experiência profissional. João decidiu ingressar em um programa de aprendizagem, que combina a educação formal com a formação prática em um ambiente de trabalho. Ele foi selecionado para uma vaga em uma empresa local, onde trabalharia meio período e frequentaria a escola no outro período.

No início, João sentiu-se um pouco inseguro, pois era sua primeira experiência de trabalho formal. No entanto, ele foi bem recebido pela equipe e teve a oportunidade de aprender diversas habilidades relacionadas à área administrativa. Ele foi orientado e supervisionado por um mentor na empresa, que o auxiliou no desenvolvimento de suas competências profissionais e pessoais. Durante seu período como aprendiz, João se dedicou às suas tarefas com responsabilidade e demonstrou interesse em aprender e crescer profissionalmente. Ele teve a oportunidade de trabalhar em diferentes setores da empresa, como atendimento ao cliente, arquivamento de documentos e organização de eventos. Além das habilidades técnicas, João também recebeu orientação sobre ética profissional, trabalho em equipe e postura adequada no ambiente de trabalho. Essas experiências contribuíram para o seu amadurecimento pessoal e desenvolvimento de suas habilidades sociais.

Ao concluir seu programa de aprendizagem, João sentiu-se mais confiante em suas habilidades e com uma base sólida para buscar novas oportunidades de emprego. Ele decidiu continuar seus estudos em paralelo ao trabalho, buscando uma formação profissional que complementasse sua experiência prática.

Fonte: <https://chat.openai.com/históriadeumaprendiz>.

19º) A luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, João

- a) pode e tem idade para trabalhar com aprendiz.
- b) a regulação de trabalhos realizado se dá por meio de lei complementar.
- c) João é proibido o trabalho, mesmo na condição de aprendiz.
- d) João pode trabalhar desde que com autorização do Conselho Tutelar local.

20º) Na condição de aprendiz, João terá direitos assegurados, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente

- a) Direito Previdenciários somente.



- b) Direito Previdenciário e Trabalhista.
- c) Direito Trabalhista somente.
- d) Direito algum, pois, não tem 18 anos e não pode assinar a Carteira de Trabalho.

Leia o texto e resolva as questões de 21 a 24.

Maria e sua venda proibida

Maria, uma pessoa com 21 anos, morava em uma pequena cidade onde a venda de bebidas alcoólicas para menores de idade era proibida por lei. Ela era conhecida por sua atitude empreendedora e sempre buscava maneiras de ganhar dinheiro extra.

Certo dia, Maria teve a ideia de iniciar um negócio de venda clandestina de bebidas alcoólicas para os jovens da cidade. Ela acreditava que poderia lucrar com essa atividade, pois sabia que muitos adolescentes estavam interessados em consumir álcool, apesar da proibição legal.

Maria começou a comprar bebidas alcoólicas e a revendê-las para seus colegas e amigos menores de idade, Lucas de 15 anos, Roberto de 12 anos e Júlio. Ela mantinha suas atividades em segredo, realizando as vendas discretamente para evitar ser descoberta pelas autoridades. Inicialmente, o negócio de Maria parecia prosperar. Ela conseguia obter um lucro considerável com as vendas e a demanda por bebidas alcoólicas entre os jovens continuava alta, sendo que o que mais consumia era Júlio com idade vinte um ano de idade. No entanto, conforme o tempo passava, a situação começou a ficar complicada. As autoridades locais receberam informações sobre a venda proibida de álcool para menores de idade na cidade e iniciaram uma investigação. Após algumas semanas de monitoramento, descobriram o envolvimento de Maria nessa atividade ilegal e fechou o seu estabelecimento.

Fonte: <https://chat.openai.com/mariaesuaavendaproibida>

21º) Acerca do texto e as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a alternativa correta.

- a) segundo o texto, todos são clientes de Maria são proibidos de comprar.
- b) segundo o texto, pelo menos um dos clientes de Maria pode comprar livremente bebida alcoólica.
- c) Maria não poderá vender bebidas alcoólicas para Lucas, assim como Lucas não pode trabalhar na condição de aprendiz.
- d) Maria, por não ter relação de parentesco com Lucas e Roberto, não sofrerá nenhuma penalidade.

22º) Caso Maria tente hospedar Lucas e Roberto em hotéis, motel, pensão ou estabelecimento congêneres, incorrerá numa conduta:

- a) permitida livremente.
- b) proibida sem exceções.
- c) proibida com exceções.
- d) crime de opinião.

23º) O art. 83 do Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê proibição para viagem para fora da comarca onde reside desacompanhada dos pais ou dos responsáveis sem expressão autorização judicial, nesse caso:

- a) apenas Júlio pode deslocar.
- b) apenas Roberto não pode deslocar.
- c) apenas Lucas não pode deslocar.
- d) apenas Júlio e Lucas podem deslocarem.

24º) Roberto e Lucas podem, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

- a) comprar fogos de estampido e de artifício, com reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.



- b) comprar bilhetes lotéricos e equivalentes.
- c) comprar produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.
- d) comprar armas, munições e explosivos.

25º) Leia os itens e marque a alternativa que encontra em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

I - políticas sociais básicas.

II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências.

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

Os itens são exemplos de:

- a) linhas de ação da política de atendimento.
- b) linhas de omissão da política de atendimento.
- c) linha de ação da política de acolhimento.
- d) linha de omissão da política de atendimento.

26º) Marque a alternativa correta. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- a) orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio aberto, colocação familiar, acolhimento institucional, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semi-privacidade e internação.
- b) orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio aberto, acolhimento

institucional, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

c) orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio fechado, colocação familiar, acolhimento institucional, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

d) orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio aberto, colocação familiar, acolhimento institucional, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

27º) As medidas de proteção são ações que visam garantir a proteção e o bem-estar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, risco ou violação de direitos. Essas medidas são implementadas com base nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e podem ser tanto preventivas quanto reparadoras. Nessa perspectiva, marque a alternativa que contenha exemplos de medidas de proteção conforme o ECA.

- a) dentre outras consta: encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade e orientação, apoio e acompanhamento permanentes.
- b) dentre outras consta: matrícula e frequência facultativa em estabelecimento oficial de ensino médio e inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente.

c) dentre outras consta: requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial e inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

d) dentre outras consta: acolhimento institucional e exclusão em programa de acolhimento familiar.



28º) Conforme previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de _____, decidindo em igual prazo.

Complete a lacuna conforme o ECA

- a) 5 (cinco) dias.
- b) 4 (quatro) dias.
- c) 10 (dez) dias.
- d) 30 (trinta) dias.

29º) Marque a opção que se encontra em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) ato infracional, a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- b) são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos.
- c) deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.
- d) são civilmente inimputáveis os menores de dezoito anos.

30º) As garantias processuais são direitos e proteções legais que visam assegurar um processo justo e equitativo para todas as pessoas envolvidas em procedimentos legais, incluindo crianças e adolescentes. Essas garantias são fundamentais para proteger os direitos individuais, evitar abusos e assegurar a igualdade perante a lei.

Marque a opção que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê como garantia processual aplicável a crianças e adolescente:

- a) pleno e informal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.

b) defesa técnica por Conselheiro Tutelar.

c) assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma de decreto.

d) direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

31º) As medidas socioeducativas são medidas tem como objetivo de promover a ressocialização e a educação de adolescentes que cometeram atos infracionais. Essas medidas têm como propósito principal evitar a aplicação de penas privativas de liberdade e proporcionar ao adolescente a oportunidade de se reintegrar à sociedade de forma positiva. No Brasil, as medidas socioeducativas são regidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e podem variar de acordo com a gravidade do ato infracional cometido. Algumas das medidas socioeducativas previstas no ECA são:

I – advertência - consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

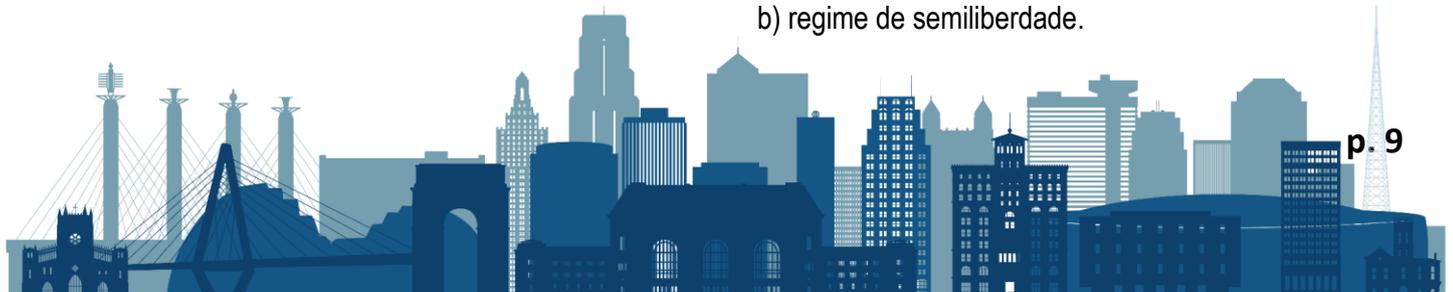
II - obrigação de reparar o dano - ato infracional com reflexos processuais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

A opção que se encontra em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente

- a) somente o item I.
- b) somente o item II.
- c) nenhum dos itens.
- d) todos os itens.

32º) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, à medida que em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

- a) internação.
- b) regime de semiliberdade.



- c) liberdade assistida.
- d) prestação de serviço à comunidade.

33º) Analise os itens e marque a alternativa correta.

I - encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família;

II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

V - faculdade de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;

VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

VII - advertência;

VIII - perda da guarda e

IX - destituição da tutela;

Tais itens do (I ao IX) são exemplos de, segundo o ECA:

- a) medidas aplicáveis aos diretores de escola de ensino fundamental.
- b) medidas aplicáveis aos membros da sociedade civil.
- c) medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis sem exceção de nenhum item.
- d) medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis com exceção de um item.

34º) Marque a alternativa incorreta.

a) o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

b) em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

c) para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município.

d) lei da União, Estado, Município ou Distrito Federal disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros.

35º) Marque a alternativa que completa corretamente a lacuna da frase:

O exercício efetivo da função de _____ constituirá serviço público _____ e estabelecerá presunção de _____.

- a) conselheiro, relevante, idoneidade moral.
- b) conselheiro, sigiloso, idoneidade moral.
- c) conselheiro, transparente, idoneidade moral.
- d) conselheiro de direito, irrelevante, idoneidade moral.

36º) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente é atribuição do:

- a) Poder Legislativo.
- b) Conselho Tutelar.
- c) Câmara de Vereadores.



d) Presidente da Câmara de Vereadores.

37º) Marque conforme as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente.

a) as ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, com ressalvas.

b) as ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos sem ressalvas.

c) a assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, através de defensor público somente.

d) é garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário somente.

38º) Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, não sendo apresentada a defesa no prazo legal, a autoridade judiciária dará vista dos autos do Ministério Público:

a) por dois dias, decidindo em igual prazo e repetindo todo o processo.

b) por cinco dias, decidindo em igual prazo.

c) por quinze dias, decidindo em prazo diferente.

d) por vinte e cinco dias, decidindo em igual prazo.

39º) A previsão expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O requerido terá prazo de dez dias para apresentação de defesa, contado da data da intimação, que será feita:

I - pelo autuante, no próprio auto, quando este for lavrado na presença do requerido;

II - por oficial de justiça ou funcionário legalmente habilitado, que entregará cópia do auto ou da

representação ao requerido, ou a seu representante legal, lavrando certidão;

III - por via postal, com aviso de recebimento, se não for encontrado o requerido ou seu representante legal e

IV - por edital, com prazo de quinze dias, se incerto ou não sabido o paradeiro do requerido ou de seu representante legal.

A opção correta está na letra:

a) apenas os itens IV está incorreto.

b) nenhum dos itens estão corretos.

c) apenas os itens I está correto.

d) todos os itens estão corretos.

40º) Marque a alternativa correta segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente

a) o procedimento para imposição de penalidade civil por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.

b) o procedimento para imposição de penalidade penal por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.

c) o procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.



d) o procedimento para retirada de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.

